

1 Introdução

O tema de minha pesquisa é a relação entre religiosidade e cidadania no Brasil contemporâneo, tendo como foco as novas comunidades católicas de origem ou inspiração na Renovação Carismática Católica (RCC) – as chamadas *Novas Comunidades*, também conhecidas como *Comunidades de vida e aliança*.

Nos últimos 18 anos tenho me inserido no campo religioso católico, participando ativamente de trabalhos pastorais, encontros, assembleias, reuniões, cursos e retiros, tornando-me um agente qualificado desse campo. Tenho constatado ao longo dessa trajetória importantes mudanças no campo religioso católico, mudanças sem precedentes. A possibilidade de me locomover e morar em diversas cidades do país me confirmou na percepção do alcance e da profundidade da mudança que está em curso.

A ascensão e disseminação da RCC por todo o país atingindo todos os espaços católicos, e mesmo os tradicionais redutos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), é inegável. Sua atuação vem alterando as configurações do catolicismo no Brasil. Particularmente, vem surgindo nos últimos 15 anos a partir da RCC as chamadas *comunidades de vida e aliança*, também conhecidas entre seus integrantes como *Novas Comunidades*. Essas comunidades representam uma grande novidade no interior do campo religioso católico. Elas são uma forma institucional nova no catolicismo ou, no dizer da sociologia da religião, são a institucionalização do carisma da RCC.

Dada a minha formação em Ciências Sociais e minha atuação no campo religioso católico em atividades em prol da cidadania, meu interesse foi estudar e pesquisar as *Novas Comunidades* procurando descobrir se elas estão sensíveis ou não à questão da cidadania no país e de que forma elas podem contribuir ou não para a ampliação e fortalecimento da cidadania. Pensei essa pesquisa como um diálogo entre a sociologia da religião e a sociologia política ao vislumbrar o encontro de temas como o da secularização, do *ethos* religioso e das visões religiosas de mundo com temas como cidadania, cultura cívica, esfera pública e sociedade civil. Por motivos de tempo e espaço reduzi a discussão teórica e dediquei-me apenas a apresentar os temas e conceitos mais relevantes para o

estudo.

Escolhi esse tema para minha pesquisa movido por algumas percepções. Primeiro, o fenômeno das Novas Comunidades católicas de inspiração na RCC é recente na Igreja Católica e ainda não foi muito estudado pelos cientistas sociais (Mariz, 2005). Gradualmente vêm aparecendo alguns estudos sobre as Novas Comunidades em nível de mestrado e graduação, mas estão focando principalmente a *Comunidade Canção Nova*, de Cachoeira Paulista (SP), que é a mais antiga dessas comunidades fundadas no Brasil, e que vem ao longo de mais de vinte anos se dedicando à evangelização pelos meios de comunicação e possui uma forte influência e prestígio tanto no meio carismático católico como fora dele. Em recente participação no Congresso Nacional de Sociologia, em Recife (PE), pude entrar em contato com outros jovens pesquisadores que estão no Nordeste se dedicando a pesquisar as Novas Comunidades, fenômeno muito presente naquela região do país.

Em segundo lugar, a Igreja Católica teve um papel relevante no processo de redemocratização brasileira, ao tornar-se ao longo dos anos 70 um espaço alternativo para as lideranças e movimentos populares que lutavam contra a ditadura e exigiam a volta da democracia e dos direitos políticos plenos (Teles, 1994; Doimo, 1992). Na década de 80, nos inícios da Nova República, continuou forte a conexão entre Igreja Católica e movimentos sociais populares. Assim, cabe a pergunta: *Estariam as Novas Comunidades inserindo-se nesse explícito movimento de engajamento social e político que tem caracterizado segmentos significativos da Igreja Católica no Brasil nos últimos quarenta anos?*

Acredito que a pertinência de minha pesquisa se justifique pelos seguintes motivos. Primeiro, ela se insere numa consolidada linha de pesquisas nas ciências sociais acerca da relação entre religião e a esfera pública moderna. O que procurei fazer foi trazer para essa discussão, esse novo sujeito social, as Novas Comunidades católicas de inspiração na RCC, um fenômeno recente e pouco estudado merecendo, portanto, uma investigação.

Segundo, a abordagem desse fenômeno pelo viés de uma agenda de pesquisas sobre cidadania e cultura cívica é ainda inédita e poderia render interessantes perspectivas tanto para a sociologia da religião, como para a sociologia política preocupada com a constituição de uma cultura cívica num país como o Brasil de fraca tradição democrática e republicana, e onde a Igreja

Católica sempre desempenhou um forte papel na esfera pública.

Procurei no primeiro capítulo apresentar os dados estatísticos sobre o fenômeno religioso no Brasil contemporâneo e as interpretações de alguns especialistas sobre eles. Porém, é impossível tratar dessa questão sem procurar pensar o lugar da religião na modernidade, ou alta modernidade para usarmos uma expressão de Anthony Giddens. E pensar sobre isso é colocar o tema da secularização. Por isso iniciei o capítulo procurando apresentar a discussão sobre religião e modernidade, para em seguida olhar para o Brasil e suas especificidades na relação entre a religião e modernidade brasileira. Tal relação explica a relação particular que a religião no país mantém com a esfera política.

No segundo capítulo me dedico a analisar o percurso da cidadania em nosso país, para em seguida precisar melhor a questão da esfera pública e da sociedade civil. O processo singular de formação de nosso Estado-nação é o fator explicativo fundamental para se entender o modo como se desenvolveu a cidadania no Brasil, seguindo um percurso que destoa do caminho clássico da cidadania descrito por Marshall, e que coloca não poucos desafios ao seu exercício. Por isso, a constituição de uma sociedade civil forte e de uma esfera pública não-estatal são fenômenos recentes e ainda em curso entre nós.

De modo breve, nesse capítulo, exponho como a Igreja Católica no Brasil vem, desde o final da década de 50, passando por importantes transformações, dentre as quais o surgimento de uma postura mais comprometida com a transformação social, com a crítica das estruturas sociais injustas da sociedade brasileira. Uma contribuição de um catolicismo que mergulhou na modernidade do Concílio Vaticano II e fez do compromisso com a justiça social um componente do seu *ethos* religioso como forma de dar testemunho da fé cristã. Foi o caso da Ação da Católica no final da década de 50 e durante os anos 60, seguido depois por um catolicismo mais popular, o movimento das CEBs, que trouxe um rosto novo para o catolicismo, mais efetivamente ligado aos setores populares e a “causa dos pobres”. Esse catolicismo popular e da libertação esteve, e ainda continua, na raiz de muitos movimentos sociais reivindicatórios a partir dos anos 70 e do movimento de resistência à ditadura militar e pela redemocratização. A sociedade civil e a esfera pública que começa a se constituir nesse período têm na Igreja Católica e nos seus movimentos eclesiais atores sociais que não podem ser deixados de lado para se compreender o processo de

redemocratização de nosso país.

No terceiro capítulo, por fim, me dedico a estudar o fenômeno das Novas Comunidades – as *comunidades de vida e aliança*. Elas não podem ser bem compreendidas se não lançarmos um olhar sobre a Renovação Carismática Católica (RCC), seu berço de origem e o principal movimento católico em nosso país e que cresce a cada ano. Por isso, reservo parte do capítulo na apresentação da RCC, em sua história entre nós e em suas características principais.

Para estudar as Novas Comunidades decidi lançar mão do recurso da caracterização *ideal-típica* – o tipo ideal empregado por Weber em sua sociologia – para dar conta da grande diversidade empírica de Comunidades, uma das características especiais desse fenômeno que constatei ao me aproximar do universo do catolicismo pentecostal. Portanto, o que descrevo das Novas Comunidades não quer ser uma definição essencial, mas um apanhado de traços característicos da maioria das Comunidades que pude pesquisar, e que em alguns casos empíricos se encontram enfatizados e em outros mais mitigados, ou mesmo ausentes.

O trabalho de campo pesquisando as Novas Comunidades na região metropolitana do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que foi fundamental para uma compreensão mais precisa sobre o esse fenômeno religioso, foi também um grande desafio. O trabalho de campo me possibilitou descobrir o modo como elas estavam se inserindo na vida da Igreja Católica, as suas condições e estilos de vida e como estavam percebendo a si mesmas nesse processo. Contudo, foi necessário ampliar o projeto original de acompanhamento das Comunidades para tentar atingir um número mais representativo da diversidade de situações em que se encontravam, o que gerou um número maior de visitas, entrevistas e de deslocamentos por um espaço geográfico mais extenso multiplicando o trabalho sobre o material coletado. Infelizmente a riqueza de todo esse trabalho não coube no espaço restrito dessa dissertação.

Na verdade, a abrangência do campo tornou-se uma dificuldade ao impedir um aprofundamento etnográfico que acompanhasse mais de perto o cotidiano dessas Comunidades. Teria sido interessante pesquisar a conduta dos membros das Comunidades fora do ambiente comunitário, suas relações com outros grupos da Igreja Católica, suas vidas nos ambientes familiar, profissional e estudantil para o caso daqueles que são apenas membros das comunidades de

aliança e, depois, um acompanhamento de um dia inteiro da rotina de uma comunidade de vida. Contudo, essa opção era impossível dentro das possibilidades de tempo disponíveis para a conclusão da pesquisa, seja pelos prazos acadêmicos, seja pela dificuldade em agendar datas com as Comunidades muito provavelmente pela outra dificuldade que explico a seguir.

Um desafio mais particular e que afetava a minha condição de pesquisador foi minha pertença ao campo religioso católico. Ser nativo do campo religioso católico me possibilitava e me interditava simultaneamente muitas situações. Ao me apresentar nas visitas e entrevistas fiz questão de não esconder minha condição de agente religioso católico – “padre”, categoria nativa muito importante para os membros das Novas Comunidades que me facilitou acesso imediato a muitas informações e pessoas na primeira fase da pesquisa, inclusive recebi convites para “celebrar missas” e participar de alguns eventos. Entretanto, fui descobrindo com o decorrer da pesquisa que as Comunidades estavam interessadas em me ajudar na pesquisa para encontrarem legitimidade diante das autoridades eclesiásticas e verem diminuídas as críticas e desconfiâncias para com seu estilo de vida. Quando da fase de aprofundamento da pesquisa que necessitava fazer entrevistas mais longas e acompanhamentos de atividades mais restritas, houve certa resistência e até fechamento, o que demonstrava o receio da minha “desaprovação eclesiástica”.

Esse receio da parte das Comunidades com a minha pesquisa aponta para um tema ao qual toco levemente na dissertação, ou seja, o conflito entre as Novas Comunidades e as autoridades eclesiásticas, entre “profeta” e “sacerdote” como afirmaria a sociologia da religião de Max Weber. Não era o fulcro principal da minha pesquisa discutir essa relação conflituosa, porque, percebo agora, ela já seria uma outra pesquisa que demandaria também entrevistar várias autoridades eclesiásticas acerca de um tema que poucos se sentiriam bem em falar – especialmente os membros das Novas Comunidades.

Particularmente ser um agente religioso do campo católico me colocava constantemente em estado de vigilância epistemológica para rever várias vezes minhas intuições e conclusões, pois poderiam estar mais sendo informadas por meu senso comum de ator do campo do que por alguma categoria forjada na reflexão e nas leituras. Em especial, eu, um agente religioso altamente

qualificado e desmágicizado (jesuíta!¹) e simpatizante da Teologia da Libertação, estava estudando grupos religiosos altamente encantados que reavivam o catolicismo tradicional pré-conciliar. Era o encontro de duas posições bem definidas no campo religioso católico, estruturalmente opostas. Foi necessário explicitar constantemente para mim mesmo a dialética entre pesquisador e nativo para evitar os preconceitos e enganos comuns as duas posições, pois tanto o senso comum do nativo como o senso comum douto do pesquisador, criam armadilhas para a compreensão científica do fenômeno das Novas Comunidades.

E no caso do senso comum douto do pesquisador, há o preconceito que vem de uma postura científica, extremamente racionalizada, face ao “irracional” da experiência religiosa carismática. E aqui se instaura uma afinidade eletiva no sentido weberiano entre o discurso científico racionalizado e racionalizador e o agente desmágicizado do campo religioso que pode atrapalhar a investigação, o que exige uma vigilância epistemológica redobrada.

Minha hipótese principal é de que no presente momento as Novas Comunidades Católicas estão alheias ou insensíveis a demandas de cidadania e desinteressadas pela participação na sociedade civil e na esfera pública, pois a religiosidade que abraçam é de “fuga do mundo”, a via mística de que fala Max Weber em seus estudos das religiões, por causa da matriz carismática que adotam em sua espiritualidade.

Como segunda hipótese, postulo ainda que a busca do ideal de vida de fraternidade em comunidade, animado pela espiritualidade carismática, leva ao fechamento dessas Comunidades impedindo-as de construir canais de comunicação com a sociedade civil e a esfera pública política. Essa busca de fraternidade em uma vida de comunidade traduz a busca por segurança e identidade que tem constituído muitos grupos religiosos contemporâneos, grupos que se pautam por relações interpessoais mais abertas à expressão de afetos e emoções e ao respeito da subjetividade individual.

Organizei o trabalho de campo da seguinte maneira. Entrei em contato com a Comunidade *Shalom* aqui no Rio de Janeiro, graças a um companheiro jesuíta que conhecia as suas lideranças, e por meio de uma de suas dirigentes fui

¹ Weber em sua sociologia da religião em *Economia e Sociedade* afirma que o mais próximo que o catolicismo chegou do protestantismo ascético foram os jesuítas com sua conduta de vida racional metódica e ascética, ou seja, desmágicizada.

encaminhado ao coordenador do *Ministério Atos 2* estadual da RCC. Obtive uma lista de Comunidades cadastradas e visitando-as fui descobrindo outras que não constavam na lista (algumas dessas não haviam querido fazer parte do cadastro do Ministério como forma de mostrar independência da RCC). A partir do contato telefônico mapeei a situação delas, se ainda funcionavam e de que modo.

Com esse trabalho cartográfico fui, ao mesmo tempo em que começava a visitar algumas Comunidades, construindo os critérios para a seleção das Comunidades mais interessantes para uma observação participante. Estabeleci que estudaria apenas comunidades que tivessem a figura de um fundador, um carisma de fundação (o dom específico da Comunidade para a vida da Igreja) já configurado, e um caminho de formação de seus membros bem definido. Isso foi importante para distingui-las das “comunidades de serviço” da RCC, atualmente muito comuns nas paróquias e dioceses, e que se dedicam com muita frequência aos ministérios de música, pregação, cura e libertação, mas sem a perspectiva da vida comunitária e do carisma fundacional.

Procurei construir uma amostragem representativa da disposição geográfica das Novas Comunidades na região metropolitana do Rio associando-a com Comunidades que fossem bem diferentes entre si para fazer a observação participante e as entrevistas. Dentro do possível, consegui entrevistar membros de Comunidades dos subúrbios cariocas, da Baixada Fluminense e de Niterói. Algumas dessas entrevistas foram mais profundas, tanto com os fundadores como com os membros, percorrendo um repertório de temas e perguntas que iam surgindo da própria entrevista. Em outros casos foram mais breves, porém mais direcionadas às motivações de participar de uma Nova Comunidade. A observação participante ficou mais restrita àquilo que me era permitido participar, ver ou ouvir em algumas situações. Reuniões mais “fechadas” de dirigentes ou de discussão de problemas me foram vedadas. Nesse ponto pesou o fato de ser uma “autoridade eclesiástica”. Entretanto, o “olhar etnográfico” captou tanto as presenças e as ausências, e o cruzamento com o material das entrevistas revelou pontos interessantes.

Objetivo principal da pesquisa foi perceber até que ponto as mudanças socioculturais no campo religioso brasileiro – particularmente no subcampo católico – aliados às grandes mudanças sociais no Brasil que se deram a partir da década de 80 do século passado, têm influenciado no exercício da cidadania no país.

Mais especificamente, queria descobrir que percepção e prática da cidadania as Novas Comunidades Católicas poderiam estar trazendo para a sociedade brasileira. Me interessava saber se o pentecostalismo católico seria capaz de se afinar com o processo de democratização da sociedade brasileira, de construção de uma cidadania que faça frente a grande desigualdade social e política que marca a história de nosso país.

Tomei conscientemente como guia da minha pesquisa a compreensão da cidadania como titularidade de direitos, sabendo que nem todos os autores trabalham com ela, e que há outras possibilidades. Para o caso brasileiro, a história desses direitos é mais um percurso de idas e vindas e constatação de lacunas. Contudo, a titularidade de direitos está presente na Constituição de 1988 e na inspiração de recentes políticas públicas, por isso não está fora de propósito nessa pesquisa o emprego dessa compreensão de cidadania, a qual não pode ser dissociada de uma percepção de cultura cívica. Foi isso que pesquisei no trabalho que se segue em relação às Novas Comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro.